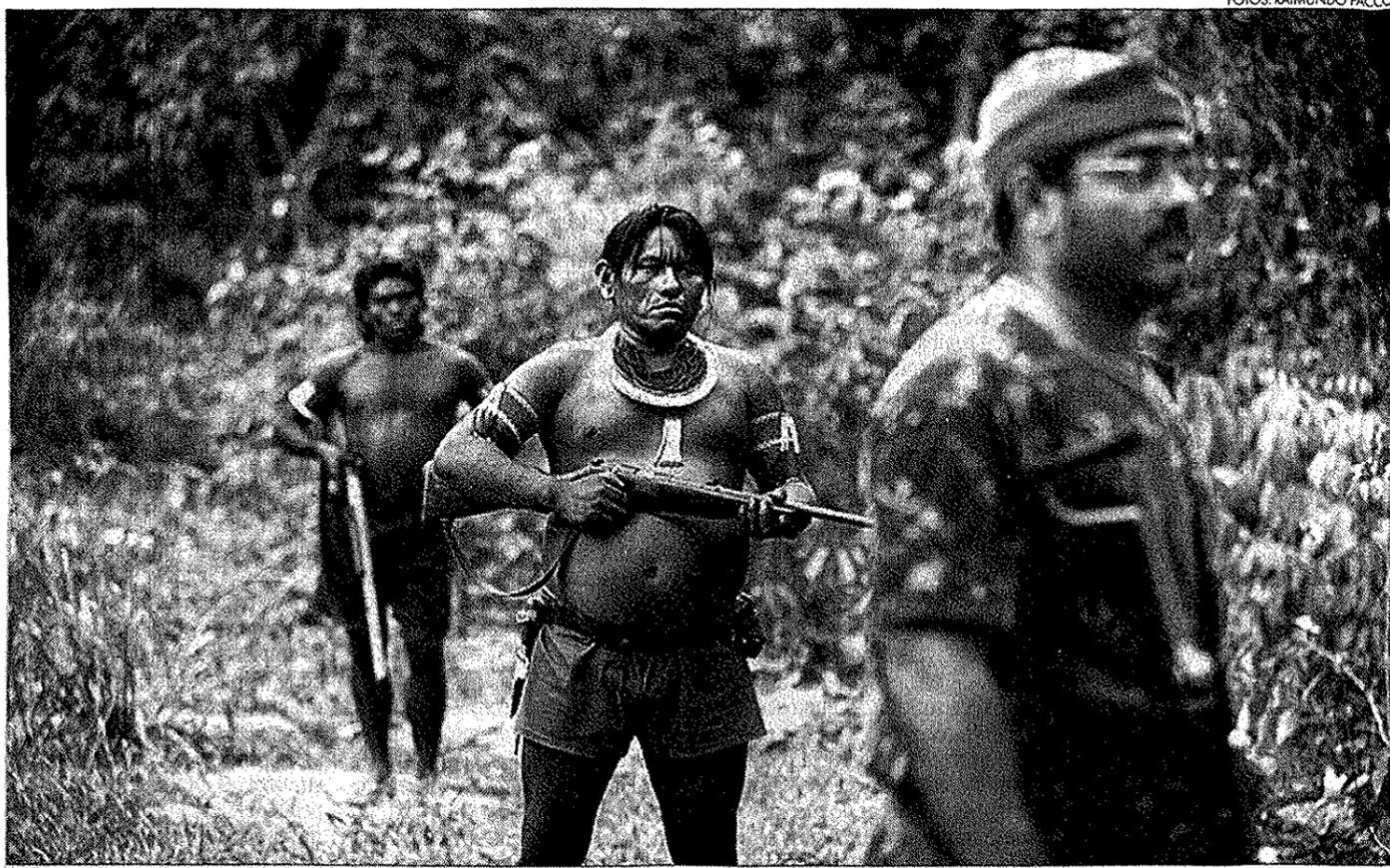


100				
			52	3

FOTOS: RAIMUNDO PACCO



Armados de carabinas, os kayapós tomaram pescadores como reféns e conseguiram a demarcação de sua área

Pescadores foram a isca para demarcação de área indígena

■ MARCUS FERNANDO FIORI

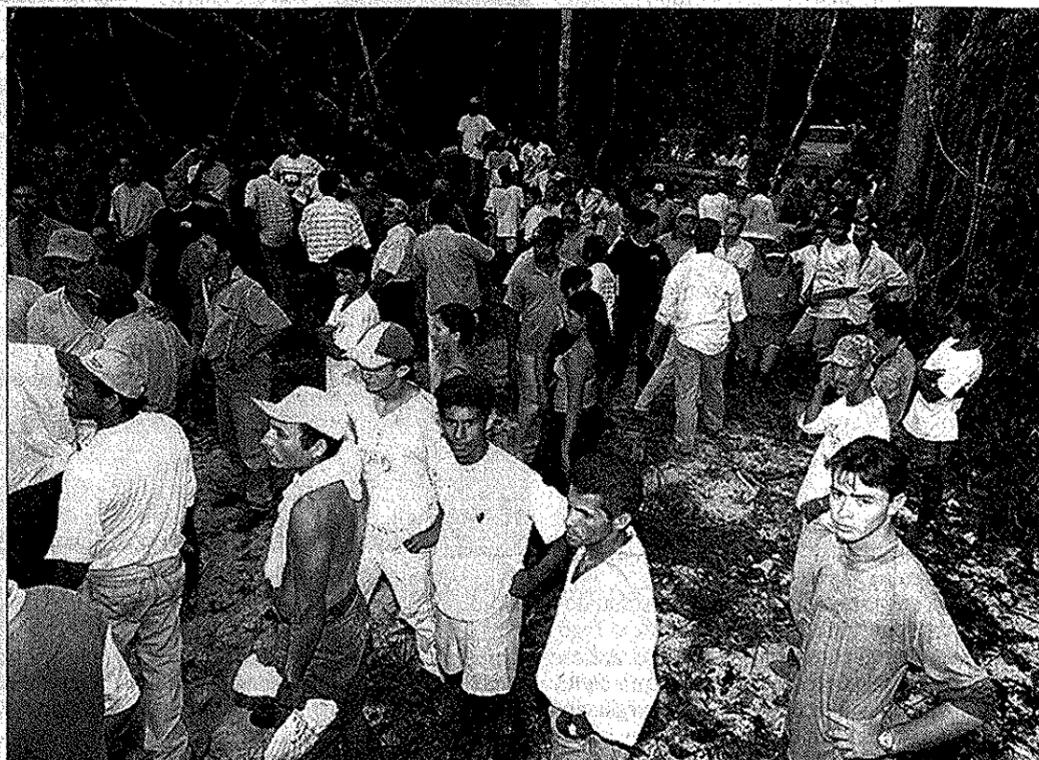
Enviado Especial a Novo Progresso

Segunda-feira, 24 de julho. Uma turma de dez amigos, todos pequenos empresários e comerciantes de Avaré, no interior paulista, chega a Novo Progresso. A intenção não era parar na cidade. O destino era o rio Jamaxim, um pouco mais à frente, seguindo pela BR-163 (Cuiabá-Santarém). Na cidade, eles conversam com um madeireiro, que lhes informa que o rio Curuá, a 60 quilômetros da cidade, é excelente para pescar. Entre as vedetes do rio figuram estrelas de primeira grandeza, como o pintado, matrinxã, pescada, tucunaré, etc. Depois de viajar quase dois mil quilômetros em busca de peixes, os pescadores ficaram excitados com a informação. "Dá para chegar até o rio de carro?", pergunta um dos pescadores. "Dá", responde o madeireiro. "O rio fica na fazenda do seu 'Lola'. É só pedir autorização para ele e pescar à vontade". Os turistas chegaram à fazenda de seu Lola. Pediram autorização. Foram liberados e partiram, então, para uma pequena viagem de oito quilômetros em plena floresta amazônica, que iria mudar suas vidas para sempre.

Os dez pescadores de Avaré engrossaram a expedição com outros oito pescadores esportivos de Novo Progresso. De segunda à sexta-feira, a pescaria foi abundante. Na sexta-feira (28), começa a aventura. Era início da noite. Todos os pescadores estavam no rio. No acampamento, só o "cozinheiro", da turma, Vilmar Barbosa Campos, 55 anos, de Avaré.

Chegam dez índios. Todos armados com espingardas e revólveres de grosso calibre. E revólveres para guerra. Perguntam pelo "chefe" dos pescadores. O cozinheiro informa que os demais companheiros estão no rio. Meia hora depois chegam outros quinze índios. Eles são guerreiros kayapós. A cena é cinematográfica.

Entre a chegada dos índios ao acampamento e a volta dos pescadores do rio, passa-se uma ho-



Em Novo Progresso, dias de apreensão e revolta após o seqüestro de 16 pescadores

ra. Quando os turistas chegam, o líder indígena Bei Kayapó, filho do cacique Montinó Kayapó, cacique e líder absoluto e incontestável dos índios kayapós mekrãnotire, os habitantes da Reserva Indígena Baú, anunciam, calmamente, que os turistas não poderiam ir embora. "Estamos com um problema para obter uma documentação da Funai e vamos precisar que vocês nos dêem uma mão. Vocês não poderão sair", teria dito Bei Kayapó. Os pescadores imediatamente entenderam a situação.

Inércia - Entre sexta-feira e domingo, uma eternidade para os dezesseis pescadores retidos pelos kayapós. Foram dois dias tendo como única companhia os jovens guerreiros kayapós, todos armados para guerra e fortemente armados. E todos dispostos a tudo. Os índios queriam a demarcação de suas terras. E não queriam mais saber de promessas. "Estávamos nas mãos do governo brasileiro. Sabíamos que ninguém poderia fazer nada por nós, a não ser o governo. E isso nos preocupou ainda mais", dis-

se o turista Emerson Antônio Martins, 39 anos, de Avaré.

Somente no domingo apareceu no acampamento o indianista Francisco Rocha, da administração da Funai em Colíder (MT). A presença do indianista representava uma esperança para os turistas. Mas logo veio o desânimo: o representante da Funai não trouxe nada de concreto aos índios. E os kayapós não os iriam libertar sem a garantia expressa de que suas terras iriam ser demarcadas.

Quarta-feira. Os reféns dos kayapós cogitam uma greve de fome para protestar contra a inércia do governo. É quando chega ao acampamento o delegado Revelino de Souza Pantoja e seis agentes da Polícia Federal (PF) e os primeiros jornalistas da imprensa regional, estadual e nacional - a presença da imprensa era uma das imposições dos guerreiros kayapós.

Nova dose de esperança aos reféns - "tudo era esperança", diria mais tarde o pescador Luis Alberto Landi. Tratava-se de uma equipe de negociação da PF. Ela

chegou à cidade às 03h30 e seguiu imediatamente ao acampamento. O objetivo era verificar a situação e constatar o estado de saúde dos reféns.

Eles estavam bem. Mas se decepcionaram rápido, pois a PF ainda não trouxera uma solução aos índios.

Quinta-feira - Chega ao acampamento o indianista Luís Carlos da Silva Sampaio, também da Funai de Colíder (MT). Os índios e os reféns foram informados, via rádio, de que ele trazia uma carta assinada pelo presidente nacional da Funai, Glenio da Costa Alvarez, constando a solução para o impasse.

Na carta, Glenio avisa que a Funai está ciente do problema dos kayapós, pede paciência aos índios e que eles liberem os reféns. O presidente da Funai garante que o processo de demarcação continua, que os recursos estão garantidos e que não há motivos para preocupação. Os índios se reúnem e discutem o conteúdo da carta. Decidem ignorá-la. Mas um chá de desânimo aos reféns.

Procurador levou a solução

Via rádio, índios e reféns são informados da vinda do procurador da República Cláudio Chequer, de Santarém. Com ele, mais uma promessa de solução para o problema. A essa altura dos acontecimentos, os pescadores já estavam céticos. O que poderia um procurador fazer por eles? Estavam enganados. O procurador trouxe a solução.

Com o procurador chegou uma equipe de ações táticas da PF formada por um delegado e oito agentes, todos de Belém. Os dois delegados se reúnem com o procurador na sede da prefeitura de Novo Progresso. Na linha telefônica, o ministro da Justiça, José Gregori, fica em contato constante com as autoridades enviadas à área de conflito.

O ministro envia, via fax, um ato ministerial determinando a

demarcação de Reserva Indígena Baú, que tem 650 mil hectares, ampliando-a para 1,850 milhão de hectares. Os índios já haviam ganho essa causa na justiça em 1993. A prefeitura de Novo Progresso, porém, ingressou com um mandato de segurança na justiça e obteve uma liminar cancelando a demarcação.

Enquanto as autoridades discutem no gabinete, fora do prédio da prefeitura cerca de 300 pessoas - agricultores e moradores de Novo Progresso - protestam com faixa e cartazes. Também, não é para menos. A área em litígio tem 1,2 milhão de hectares. Nela, vivem cerca de 2.000 famílias devidamente autorizadas pelo Inbra para explorar a terra. E a população está revoltada com o seqüestro, afinal, seis reféns são da cidade.